

Rio de Janeiro, 1º. de setembro de 2014.

Senhor(a) Candidato(o),

A AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobras, no cumprimento de seu dever cívico, razão de ser de sua existência, cumpre no presente expediente o papel de integrante da sociedade civil brasileira, encaminhando à Vossa Excelência um questionário relacionado com os assuntos de interesse nacional.

A AEPET, na iniciativa, ausulta os postulantes à presidência da República sobre o que cada um propõe programaticamente no tratamento dos diferentes assuntos.

Sua resposta selará um compromisso, definirá certo alinhamento político e propiciará à AEPET um posicionamento favorável ou não às suas propostas, razão pela qual difundirá tão logo possível, no âmbito de seus sócios e acompanhantes, o respectivo conteúdo.

O propósito desta iniciativa é avaliar sua posição, esperando que ela privilegie a Soberania Nacional Brasileira e os direitos cidadãos da sociedade de nosso País.

Indicamos que as respostas poderão ser encaminhadas para o signatário desta no endereço eletrônico presidencia@aepet.org.br ou, pelo meio postal, no endereço:

Avenida Nilo Peçanha, 50 - grupo 2409, Rio de Janeiro - RJ – Cep: 20020-906.

Antecipadamente agradecidos por sua atenção,

Cordialmente,

Silvio Sinedino

Presidente

QUESTIONÁRIO

Este Documento aos presidenciáveis, elaborado pela AEPEL - Associação dos Engenheiros da Petrobrás aborda alguns temas relevantes para os destinos do Brasil e de todos que nele vivem. Na maioria, são questões ligadas à Energia e à Engenharia, **não abrangendo todos** os temas e assuntos importantes e necessários para o desenvolvimento soberano e sustentável do País, mas que **se reputa** como fundamentais para a atual e próximas gerações de brasileiros.

Temas Gerais – Estratégia de Longo Prazo

O Brasil precisa de planejamento de longo prazo, explicitando o modelo de desenvolvimento para as próximas décadas, constituindo-se uma política de Estado, elaborado com a participação da sociedade e implementado sob um efetivo controle social. Carece também de transformação radical o trato que os governos e suas políticas públicas dão à educação dos brasileiros. **A questão da reforma agrária merece priorização.** Por fim, uma reforma política que propicie um melhor funcionamento das instituições e viabilize o exercício pleno de cidadania por todos os brasileiros, como está consagrado na Constituição Cidadã de 1988.

Temas Específicos – Estratégias de Médio Prazo

1. Petróleo

A Noruega, até a década de 70 **do século passado**, era um dos países mais pobres da Europa, vivendo da exportação de peixes e **de** alguns minérios de 2^a categoria. No início **daqueles** anos 70, com a descoberta do seu petróleo no Mar do Norte, ela deu uma guinada de **180°** no sentido do desenvolvimento. Administrando competentemente essa riqueza, se tornou um dos países mais desenvolvidos do mundo. Tem o melhor IDH do planeta, o melhor bem estar social, tecnologia avançada e uma educação modelar. E ainda criou um Fundo Soberano para que, com o **esgotamento de seu** petróleo, os noruegueses **pudessem ainda usufruir dos** frutos dessa riqueza. Esse fundo já **alcançou** US\$ 800 bilhões.

Pergunta-se:

*Considerando-se que o Brasil **possui** reservas de petróleo 10 vezes **superiores às** da Noruega, já **se tendo** descoberto mais de 60 bilhões de barris no pré-sal sendo:*

*Iara – 4 bilhões
Franco – 9 bilhões
Libra – 15 bilhões
Carioca – 10 bilhões
Sapinhoá – 2 bilhões
Área das Baleias (ES) – 6 bilhões
Outros - 5 bilhões
TOTAL: 60 (50) BILHÕES +14,2 anteriores à descoberta do PRÉ-SAL*



- Quais serão as providências que o seu Governo tomará para que esta fabulosa riqueza, considerada a maior oportunidade de o Brasil deixar de ser o eterno país do **futuro, fique para os brasileiros?**

- Há intenção de atribuir diretamente à Petrobras a exploração das áreas estratégicas de reservas do **Pré-Sal, sem** a realização de leilões, **o que** significa privatização de nosso petróleo, conforme definido em lei?

- Há intenção de buscar, ao lado de outros importantes objetivos, a agregação de valor ao petróleo produzido, para que o país não se converta em grande exportador de petróleo bruto?

- Enquanto não se reconquiste o monopólio estatal, há intenção de melhorar o modelo de partilha - estabelecendo o percentual mínimo de 80% do óleo-lucro como é feito nos países exportadores - **aplicando** de forma adequada ao aproveitamento pleno pelo **Brasil** todos os benefícios dele decorrentes?

- Há ainda a intenção de continuar com os leilões?

- Há intenção de manter na **Pré-Sal Petróleo** diretores ligados ao cartel internacional do petróleo? **Esta** empresa foi criada **objetivando** coibir os dois maiores focos de corrupção na produção mundial de petróleo: o superdimensionamento dos custos de produção (ressarcidos em petróleo) e a medição fraudulenta da produção.

Considerando que a **Lei 12.351/10**, que criou o regime de Partilha e o Fundo Social estabeleceu uma maior participação representativa da Sociedade na gestão da riqueza do petróleo do Pré-Sal, através do **CNPE – Conselho Nacional de Política Energética**, e os ainda não regulamentados pelo Governo, **CGFFS – Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social**, **definidor da** política de investimento e resgate do rendimento do Fundo Social e **CDFS – Conselho Deliberativo do Fundo Social**, **propositor da** aplicação social do seu rendimento,

e:

Considerando-se o significado da participação social na gestão dessa riqueza, no caso norueguês:

- Quais providências seu Governo tomará para que a gestão do Pré-Sal vise garantir o futuro para todos os brasileiros, e não se restrinja aos interesses conjunturais de cada Governo?

- Há intenção de procurar uma participação social na gestão do Pré-Sal realmente representativa da Sociedade e competente, tornando-a transparente para os seus legítimos proprietários – Povo Brasileiro?

Igualmente no tocante à Petrobras, visando garantir seu importante papel para a soberania nacional e no desenvolvimento sustentado do País:

- Há intenção de restabelecer **as** plenas condições de atuação da Petrobras, fortalecendo-a estrategicamente e eliminando seu estrangulamento, para lhe permitir desempenhar o relevante papel de grande **impulsionadora** do desenvolvimento **tecnológico** e econômico do País?

- Há intenção de reduzir a terceirização, que já se aproxima de 400 mil contratados, **inclusive** para atividades fins, ilegalmente?

- Há intenção de instaurar a meritocracia dos gerentes da empresa em detrimento do aparelhamento partidário?



Dados relevantes: a Petrobras é das grandes petroleiras mundiais, a única a aumentar anualmente as suas reservas, o que explica a contundência das críticas feitas a ela por parte de agentes e defensores de interesses estrangeiros e do cartel do petróleo. É preciso explorar o Pré-Sal em ritmo compatível com as necessidades do consumo brasileiro e, também, com as possibilidades de maximizar as compras de bens e serviços no País e da aplicação do resultado no desenvolvimento sustentável do Brasil.

2. Programa Nuclear Brasileiro

O Programa Nuclear Brasileiro tem **experimentado**, ao longo de sua existência, um **crônico** fluxo intermitente de recursos, função dos diferentes níveis de prioridade a ele atribuídos desde seu início, **quando da** década de 1950. Essa inconstância **financeira** gerou muitos empreendimentos interrompidos e depois retomados, aumentando **custos** e dificultando a manutenção dos recursos humanos e das próprias instalações envolvidas.

É necessária a definição de uma Política de Estado para o setor nuclear, que contemple um horizonte mínimo de trinta anos, de forma a alinhar os objetivos e interesses dos atores e instituições que atuam **nessa** área do País.

Considerando-se que a energia nuclear é importante por o seu uso pacífico em conservação de alimentos, exames de ressonância magnética e muitas outras aplicações importantes,

Pergunta-se:

- Há intenção de criar ou a designar um órgão gestor do Programa Nuclear, o qual seria responsável também pela renovação do quadro de recursos humanos, pela modernização das instituições, pela orientação da atuação dos institutos de pesquisa e das empresas do setor nuclear?
- Há intenção de eliminar as sobreposições dos processos do licenciamento nuclear e ambiental das instalações nucleares? O licenciamento das novas usinas nucleares será realizado em separado para o projeto, construção e operação? Desta forma, tanto o prazo de construção como o custo final da usina seriam reduzidos?
- Na referida reformulação institucional é também viável separar as responsabilidades específicas pela fiscalização e **para** o licenciamento das instalações?
- A perda de capacitação, devido à defasagem salarial, à elevada média de idade do quadro de especialistas e ao volume de aposentadorias, exige uma política que contemple, em curto e a médio prazos, programa de reposição e capacitação de pessoal. Também é imprescindível a valorização dos recursos humanos, de todos os níveis, mediante ações que compatibilizem a remuneração com as características do setor, promovam a motivação e o reconhecimento do mérito dos trabalhadores. Quais providências serão tomadas **neste enfoque?**

3. Setor elétrico

Nos últimos vinte anos foi implantado, e se consolidou, o modelo de mercado no setor elétrico. Inicialmente, **isto ocorreu** com a privatização das distribuidoras e de algumas geradoras/transmissoras, notadamente no Estado de São Paulo e no sul do Brasil. Posteriormente, com a sanção da Lei 10.848/2004, o modelo mercantil tornou-se uma política de Estado. Desde então e até o advento da Medida Provisória 579/2012, já convertida na Lei 12.783/2013, as tarifas de energia elétrica subiram 80% para os



consumidores residenciais, 130% para os industriais e os investimentos são na maior parte provenientes de empréstimos do BNDES. O racionamento de 2001 e os apagões regionais na transmissão, **bem como** os “apaguinhos” e os “bueiros” explosivos das distribuidoras, são claras demonstrações **de** que os serviços perderam eficiência em relação aos tempos **pré-mercantis, justamente** o contrário do que se dizia no início do processo de privatização **de** que, com a competição no mercado, as tarifas seriam reduzidas, viriam novos investimentos e os serviços seriam mais eficientes.

Para a implantação desse modelo fragmentou-se institucionalmente o setor, com um número incontável de agentes de geração, **transmissão/distribuição** e comercialização, além de ONS, EPE, ANEEL, CCEE, Ministério de Minas e Energia e CNPE. Essa lista é acrescida dos novos agentes criados a partir da MP 579, que são os antigos detentores de instalação de geração e transmissão, hoje agentes de Operação e Manutenção (O&M).

Pergunta-se:

- **Quais** medidas o candidato adotará para tirar o setor elétrico da situação caótica em que se encontra?
- Quais medidas serão tomadas para aproveitar o potencial ainda não explorado, que corresponde a mais do dobro da atual potência instalada?
- Quais serão as medidas para integrar as energias limpas, renováveis, **como** as da biomassa, dos ventos (eólica) **e** das marés ao sistema de geração hidrelétrica atual?
- Há intenção de rever o modelo atual, devolvendo a órgãos de Estado as responsabilidades por planejar, construir, operar e manter o sistema?
- As concessionárias atuais terão seus contratos renegociados para adequá-los à remuneração pelo custo?
- Além disto, havendo concessões a grupos privados, tal parceria deve ser privativa de empresas brasileiras de capital nacional, que não remetem lucro para o exterior?

4. Setor mineral

O setor mineral, que compreende as etapas de geologia, mineração e transformação mineral, é a base para diversas cadeias produtivas, especialmente nas indústrias de bens de capital e de bens duráveis. Participa com 4,2% do PIB e 20% do total das exportações brasileiras, gerando um milhão de empregos diretos, o equivalente a 8% dos empregos na indústria. O país destaca-se internacionalmente como produtor de nióbio, minério de ferro, bauxita, manganês.

As atividades setoriais respondem às enormes demandas energéticas, da indústria de construção civil, da agricultura, da siderurgia, da metalurgia, da indústria de tecnologia de ponta e novos materiais, da indústria cerâmica, além da prevenção de catástrofes naturais e gestão territorial.

Em 2010, o Governo Federal apresentou, para consulta pública, o Plano Nacional de Mineração 2030 que foi formulado observando três diretrizes básicas: eficácia da governança governamental; agregação de valor e adensamento tecnológico em todas as etapas do processo produtivo; e sustentabilidade como premissa fundamental. Em meados de 2013 encaminhou ao Congresso o Projeto de Lei 5.807/2013, propondo um novo Código de Mineração que substituirá a quase **semicentenária** regulamentação anterior (Decreto-Lei 227/1967, alterado parcialmente nos anos 90).



Ambas as iniciativas, embora signifiquem avanços em relação à situação anterior, são insuficientes e apresentam soluções de natureza controversa ou de incerta efetividade. Podem ser citadas, dentre outras, a carência de um concreto e objetivo posicionamento estratégico do País na área de mineração. Isso está evidenciado pela inexistência de consideração de caráter estratégico no que concerne à exploração de minerais muito importantes para o Brasil, como o nióbio e as terras raras, cuja utilização é extremamente relevante na geopolítica do setor.

Pergunta-se:

- Considerando que o principal item da pauta de exportação do País são os minérios e que o Brasil só fica com 1% de royalties e 7% de impostos, como será corrigida essa distorção?
- Considerando que minerais **ultraestratégicos** como Nióbio e Terras raras estão sendo exportados de forma predatória, **que** medidas serão tomadas para atender o real interesse nacional?
- Considerando que a reforma da ordem econômica em 1995, abriu o subsolo brasileiro a empresas estrangeiras e o artigo 176 da CF dá ao concessionário a propriedade do minério produzido, como será revertida essa entrega **prejudicial ao povo brasileiro**?

Transporte e Mobilidade Urbana

O sistema de transportes é básico para o funcionamento da economia de qualquer país. O contínuo aumento de sua qualidade, eficiência e confiabilidade, é preocupação constante, especialmente das nações continentais, a exemplo dos Estados Unidos, Rússia, China, Canadá, Índia e Austrália, dentre outros, que se esforçam continuamente, para reduzir cada vez mais os ônus das grandes distâncias em sua disputa por mercados.

O Brasil é o quarto maior país em área contínua do planeta: a distância entre o Rio de Janeiro e o Acre, ou entre o Rio Grande do Sul e o Ceará, equivale à distância entre Lisboa e Moscou. São dimensões continentais que exigem grande esforço para serem vencidas, pois aqui, diferente das demais nações continentais, o relevo é muito mais acidentado, o que coloca nosso sistema de transportes em posição desfavorável para a promoção da nossa integração e desenvolvimento.

Pergunta-se:

- Considerando que o Modal mais econômico de transporte é o transporte aquaviário; **e** que o segundo modal mais econômico é o ferroviário — o Brasil optou equivocadamente pelo transporte rodoviário — como o **seu** governo pretende corrigir estas falhas?
- Tendo uma costa privilegiada, rios com possibilidade de navegação do Paraná ao interior da Amazônia, e a possibilidade de aumentar muito o modal ferroviário, qual é o programa de seu governo para baratear o custo de transporte e tornar nossos produtos competitivos?
- O mundo desenvolvido usa o transporte de pessoas preferencialmente pelos modais aquaviário e ferroviário, integrando-os com o transporte complementar através de ônibus, vans, taxis e bicicletas. No Brasil, as empresas de ônibus dominam o setor, num oligopólio pernicioso e que causa desconforto, acessibilidade **insuficiente**, engarrafamentos e outros percalços para os usuários. Qual o seu projeto para melhorar isto?

Telecomunicações

A regulamentação do setor de telecomunicações é uma colcha de retalhos de leis reconhecidamente ultrapassadas e que não permitem um adequado provimento dos serviços à população. Os Artigos 220 a 223 da Constituição Federal de 1988, que tratam da Comunicação Social, até hoje carecem de regulamentação.

As recomendações oriundas da Conferência Nacional de Comunicações, realizada para coletar sugestões para uma atualização das leis, até hoje não foram aproveitadas. A União Internacional de Telecomunicações (UIT), paralelamente, vem recomendando que os países adotem regulamentações capazes de absorver os requisitos da convergência

tecnológica. Várias iniciativas vêm surgindo no sentido de corrigir inadequações pontuais de nossa legislação, mas nenhuma com a preocupação de uma revisão abrangente.

Temos deficiências na prestação de praticamente todos os serviços de telecomunicações em nosso país. Dificuldades de sinal, chamadas que não se completam, que caem com frequência, centros de atendimento que não respondem às reclamações, tarifas e preços desalinhados com a realidade internacional, e outras.

Por sua vez, a ANATEL não atua bem na fiscalização dessas irregularidades. As multas eventualmente aplicadas às operadoras em sua grande maioria não são efetivamente recolhidas aos cofres públicos, como já identificou o TCU.

Há necessidade de uma grande melhoria na atuação dos órgãos públicos no sentido do benefício primordial de se ter serviços adequados oferecidos à população.

A Banda Larga vem se tornando um serviço essencial para a sociedade, e praticamente todas as atividades do mundo moderno passam por sua infraestrutura de rede. A universalização do serviço é fator de desenvolvimento social e econômico. Diversas entidades da sociedade civil, Clube de Engenharia incluído, levaram ao Ministério das Comunicações em 2013, proposta de tornar a prestação do serviço de Banda Larga no atacado em regime público, permanecendo o varejo prestado em regime privado. Até o momento não houve um pronunciamento por parte do Ministério.

Essa proposta tenderia a diminuir as desigualdades regionais e determinaria o atendimento em regiões de menor poder aquisitivo, hoje relegadas.

Na ausência de iniciativas governamentais, a sociedade civil vem coletando assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular (PLIP), denominado Lei da Mídia Democrática, que possa ser levado ao Congresso Nacional. Todos estes aspectos indicam a necessidade de realizar amplas e participativas discussões para o encaminhamento de uma nova arquitetura institucional e legal para o setor.

Pergunta-se:

- Como o seu programa de Governo pretende corrigir os abusos das empresas de comunicação?
- Como seu governo atuará para que as tarifas deixem de ser as mais caras do mundo? Muito mais caras que nos países europeus?



Empresa Brasileira de Capital Nacional

A história do desenvolvimento tecnológico dos países hegemônicos evidencia um fato inquestionável: todas estas nações, sem exceção, foram capazes de construir uma aliança forte, eficaz, permanente e sustentável entre o Estado nacional e a empresa privada de capital também nacional. No Brasil convivemos com uma crescente desnacionalização do parque produtivo aqui instalado.

Na década de 70, o presidente Geisel autorizou a Petrobrás a comprar no Brasil equipamentos de petróleo até pelo dobro do preço internacional. A Petrobrás fez um programa de nacionalização, fez um repasse de tecnologia e propiciou a criação de 5.000 empresas que forneciam esses equipamentos; criou ainda 3.000 empresas que forneciam serviços de projeto, inspeção e manutenção.

Veio o Governo Collor e retirou as vantagens. **O governo** Fernando Henrique emitiu o decreto 3161, que isenta empresas estrangeiras de imposto e não isentou as nacionais. Resultado: as 5.000 empresas ruíram e as que restaram foram desnacionalizadas. Além do setor petróleo, só no governo FHC foram desnacionalizadas 2.700 empresas. No Governo do PT, já são 1800 empresas.

Pergunta-se:

- Como o seu governo pretende recompor as empresas genuinamente nacionais? E as prestadoras de serviço ?
- Como reverter a desnacionalização e a desindustrialização do País?

Educação

O Brasil foi avaliado pelo PISA– Programa Internacional de Avaliação de Alunos-**situando-se** em 59º lugar entre 65 países; os jovens brasileiros vêm tendo um ensino básico de péssima qualidade, que os inviabiliza nos cursos profissionalizantes, pois **encontram** dificuldade até de ler e fazer contas, inviabilizando competência profissional para o resto de **susas vidas**, e prescindindo de sua contribuição para o processo de desenvolvimento sustentado do **País**.

Pergunta-se:

Considerando que 80% dos alunos brasileiros são de famílias de baixa renda, não tendo acesso a ensino de qualidade, e que o Brasil perde 80% da sua potencialidade intelectual:

- Como o seu Governo pretende reverter esta situação calamitosa.?
- Qual o entendimento de seu Governo **no sentido de** melhorar a capacitação dos brasileiros? Há proposta de melhorar o conteúdo e rendimento do aprendizado, ou simplesmente colocar mais recursos sem compromisso efetivo com sua eficácia?
- Seu Governo tem um projeto de País onde se inclua um **produtivo** aproveitamento da maior competência adquirida? **Sabe-se que não adianta** educar se não houver o desafio de seu uso e reconhecimento.

Saúde

Na Europa, educação e saúde são **gratuitas** e de alta qualidade. Aqui os jornais anunciam que o Hospital Nacional de Ortopedia tem uma fila de pessoas há 10 anos esperando uma operação. No Instituto Nacional do Câncer, a situação também é calamitosa, por falta de profissionais. O Governo paga muito mal **aos** profissionais de saúde. Hoje, os governos vêm permitindo que a saúde (e a educação) sejam mercantilizadas, ou seja, fonte de lucros. Assim, as pessoas que não podem pagar morrem nas filas.

Pergunta-se:

- **Como** o seu governo pretende enfrentar essa calamidade que é o atendimento público aos cidadãos brasileiros de baixa renda?

Previdência

O Governo vem piorando cada vez mais a previdência no País. Há, **inclusive**, uma grande mentira sobre um falso déficit na previdência do setor privado e do setor público.

A **Constituição Federal** de 1988 criou a previdência para pessoas que não podem pagar, como trabalhadores rurais, deficientes físicos e idosos sem previdência. Criou também as fontes de receitas para esses casos: o PIS/Cofins e a CSLL. Ocorre que o Governo se apropria destas contribuições para pagar juros aos bancos e não repassa para o INSS. Se ele agisse corretamente não haveria déficit, e sim, **superávit** na previdência do setor privado.

No setor público, o Governo dá um imenso calote: há anos ele desconta a previdência dos seus funcionários, mas não repassa para o fundo de aposentadoria deles. E não repassa também a parte que caberia ao governo recolher. Resultado: a previdência **pública** não tem um déficit, mas um calote gigantesco por parte do Governo, que se apropria do valor pago pelos funcionários e não repassa a parcela que cabe a ele recolher.

Pergunta-se:

- **Qual** será a **Providência** que o seu programa irá tomar para que a previdência seja regularizada?
- Qual é o seu programa de Governo **a fim de** remunerar de forma justa os aposentados que hoje **veem** os seus benefícios esmagados?

Rio de Janeiro, 1º. de setembro de 2014.

Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET